Christiano Cassettari

Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Especialista em Direito Notarial e Registral pela PUC Minas. Professor do Damásio Educacional. Professor de Direito Civil da Universidade São Judas Tadeu em São Paulo. Coordenador dos cursos de especialização em Direito Notarial e Registral do Damásio Educacional e em Direito Imobiliário da Escola Superior da Advocacia da OAB-SP. Coordenador da Escola Nacional dos Notários e Registradores da ANOREG. Coordenador da Coleção Cartórios, publicada pela Editora Saraiva. Membro da União Mundial dos Agraristas Universitários (UMAU). Registrador Civil das Pessoas Naturais em Salvador/BA e parecerista. www.professorchristiano.com.br

Elementos de DIREITO CIVIL

Obra completa em VOLUME ÚNICO

7ª edição 2019



ISBN 978-85-536-0731-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Cassettari, Christiano

18-1996

Elementos de direito civil / Christiano Cassettari. – 7. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1 Direito civil 2 Direito civil - Brasil I Titulo

. Divide divide: Divolo divide braderi. (Re

Índice para catálogo sistemático:

Brasil : Direito civil
 347(81)

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05425-902

AC | 0800-0117875 De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

Direção executiva Flávia Alves Bravin

www.editorasaraiva.com.br/contato

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Direção editorial Renata Pascual Müller Gerência editorial Roberto Navarro

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)

Iris Ferrão

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva

Fernanda Matajs Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Juliana Bojczuk Fermino Kełli Priscila Pinto Marilia Cordeiro Fernando Penteado

Mônica Gonçalves Dias Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação e revisão Microart Design Editorial

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 21-12-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605628 CAE

CAE 640894

CDU 347(81)

Índice

Ag	radec	imentos		7
Аp	resen	tação da	7ª edição	23
Int	rodu	ção ao	estudo do Direito Civil Constitucionalizado	27
	2. C 3. P	onstituo rincípio:	o Civil vigente	
1.			odução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei e 4-9-1942	31
	1.1.	Aspect	os gerais	31
	1.2.	•	lade da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	32
	1.3.	Mecar	nismos de integração (fontes do direito)	32
		1.3.1.	Fontes imediatas, formais ou diretas	32
		1.3.2.	Fontes mediatas, não formais ou indiretas	32
	1.4.	Da lei .		33
		1.4.1.	Classificação das lacunas	33
		1.4.2.	Antinomias	34
			1.4.2.1. Classificação das antinomias	34
			1.4.2.2. Forma de resolução de antinomias	34
		1.4.3.	Elaboração, promulgação e publicação da lei	35
		1.4.4.	Nascimento da lei – validade, vigência e eficácia	35
		1.4.5.	Vigência da lei no tempo (início da vigência da lei)	36
		1.4.6.	Formas de revogação	37
		1.4.7.	Vigência da lei no espaço	38
		1.4.8.	Interpretação das leis	38

	1.5.	Regras	de alcance da lei nova no ordenamento jurídico					
	1.6.	_	ntes secundárias (analogia, costumes e princípios gerais de direito)					
	1.7.	Regras	de direito internacional previstas na LINDB					
	1.8.	para cri	. 13.655, de 25 de abril de 2018, que incluiu os arts. 20 a 30 na LINDB, iar regras sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação ito público					
	1.9.	Enuncia	ado do CJF sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro					
2.	Da I	Pessoa Natural						
	2.1.	Introdu	ıção e conceito					
	2.2.		la personalidade civil da pessoa natural					
	2.3.	Do nas	cituro e do embrião					
	2.4.	Do don	nicílio da pessoa natural					
	2.5.	Da capa	acidade civil					
	2.6.	Da aqu	isição da capacidade civil de fato					
		2.6.1.	Cessação da incapacidade por emancipação					
		2.6.2.	Consequências da emancipação					
	2.7.	Incapad	cidade – conceito e espécies					
	2.8.	Dos dir	reitos da personalidade (arts. 11 a 21 do CC)					
		2.8.1.	Introdução ao tema					
		2.8.2.	Conceito de direitos da personalidade					
		2.8.3.	Alguns exemplos de direitos da personalidade					
		2.8.4.	Características dos direitos da personalidade (art. 11 do CC)					
		2.8.5.	Tutela jurisdicional dos direitos da personalidade (art. 12 do CC)					
		2.8.6.	A disposição do corpo vivo e a proteção dos direitos da personalidade (art. 13 do CC)					
		2.8.7.	A disposição do corpo morto e a proteção dos direitos da personalidade (art. 14 do CC) – consenso afirmativo e negativo					
		2.8.8.	O direito ao esclarecimento e a morte digna como proteção dos direitos da personalidade (art. 15 do CC) – consentimento informado e diretivas antecipadas de vontade (DAV)					
		2.8.9.	O nome da pessoa natural como direito da personalidade e as questões dele decorrentes (arts. 16, 17, 18 e 19 do CC). A proteção do pseudônimo					
			2.8.9.1 Individualização da pessoa natural pelo nome					
		2.8.10.	A proteção da imagem e da vida privada da pessoa natural como um direito da personalidade (arts. 20 e 21 do CC). A questão das biografias não autorizadas e dos requerimentos proibitivos aos provedores de internet					
	2.9.	Extincã	o da personalidade jurídica da pessoa natural					
			ria, sucessão provisória e definitiva					
			o esquemático sobre ausência					
			iência					
	2.13.	. Súmula	s e enunciados do CJF sobre pessoa natural					

3.	Da F	Pessoa Jurídica 10						
	3.1.	Conceito e natureza jurídica						
	3.2.	Desconsideração da pessoa jurídica						
	3.3.	Da administração da pessoa jurídica						
	3.4.	Classificação da pessoa jurídica						
	3.5.	Das associações civis (arts. 53 a 61 do CC)						
	3.6.	Das fundações particulares (arts. 62 a 69 do CC)						
	3.7.	Das sociedades (arts. 981 a 1.141 do CC)						
	3.8.	Resumo esquemático sobre pessoa jurídica						
	3.9.	Início da existência legal						
	3.10.	Capacidade da pessoa jurídica						
	3.11.	Domicílio						
	3.12.	Grupos despersonalizados						
	3.13.	Enunciados do CJF sobre pessoa jurídica						
4.	Dos	Bens						
т.		Conceito						
		Classificação dos bens						
	4.2.	4.2.1. Bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC)						
		4.2.2. Bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC)						
		4.2.3. Bens particulares e públicos (arts. 98 a 103 do CC)						
		4.2.4. Bem de família						
	4.3.							
_								
5.	Dos Fatos Jurídicos							
	5.1. Conceito							
	5.2.	Classificação do fato jurídico lato sensu						
	5.3.	Teoria geral do negócio jurídico						
		5.3.1. Classificação do negócio jurídico						
		5.3.2. Dos planos do negócio jurídico e da escada ponteana 1						
		5.3.3. Do plano da existência						
		5.3.4. Do plano da validade						
		5.3.5. Os vícios (ou defeitos) dos negócios jurídicos						
		5.3.5.1. Erro ou ignorância (arts. 138 a 144 do Código Civil)						
		5.3.5.2. Dolo (arts. 145 a 150 do CC)						
		5.3.5.3. Coação (arts. 151 a 155 do CC)						
		5.3.5.4. Lesão (art. 157 do CC)						
		5.3.5.5. Estado de perigo (art. 156 do CC)						
		5.3.5.6. Fraude contra credores (arts. 158 a 165 do CC)						
		5.3.5.6.1. Conceito de fraude contra credores						
		5.3.5.6.2. Elementos da fraude						
		5.3.5.6.3. Da conservação dos atos na matrícula do imóvel, para demonstração de boa-fé						

				5.3.5.6.4. Preservação do negócio jurídico (manutenção).	1
				5.3.5.6.5. Ação pauliana para anular negócio jurídico	1
				5.3.5.6.6. Prova	1
				5.3.5.6.7. Presunções	1
				5.3.5.6.8. Questões relevantes	1
			5.3.5.7.	Simulação	1
		5.3.6.	Principa	ais diferenças entre ato nulo e anulável	1
		5.3.7.	Do plan	o da eficácia	1
			5.3.7.1.	Fatores de eficácia (ou elementos acidentais) que indicam se o negócio produzirá ou não efeitos	1
	5.4.	Súmula	a e enunc	riados sobre negócio jurídico	1
6.	Pres	crição	e Decad	lência	1
	6.1.	Da pre	scrição		1
		6.1.1.		o de prescrição extintiva	1
		6.1.2.	Caracte	rísticas da prescrição	
		6.1.3.	Das cau	sas que impedem e suspendem a prescrição	
		6.1.4.		sas que interrompem a prescrição	
		6.1.5.	Dos pra	zos prescricionais	
		6.1.6.	-	mprescritíveis	
		6.1.7.		rença com preclusão e perempção	
		6.1.8.		tabilização do sistema de prescrição em decorrência da revo- o art. 194 do Código Civil	
			6.1.8.1.	A revogação do art. 194 do Código Civil	
			6.1.8.2.	O direito do prescribente a renunciar à prescrição	
			6.1.8.3.	Até que grau de jurisdição a prescrição pode ser alegada de ofício pelo juiz?	
			6.1.8.4.	A ação regressiva contra os assistentes e representantes legais quando se dá causa à prescrição ou não se a alega oportunamente	
			6.1.8.5.	A decadência convencional e o art. 211 do Código Civil	
			6.1.8.6.	A prescrição tornou-se matéria de ordem pública?	
	6.2.	Da dec	adência		
		6.2.1.	Conceit	0	
		6.2.2.	Caracte	rísticas da decadência	
		6.2.3.	Das dife	erenças entre prescrição e decadência	
		6.2.4.		científico para distinguir o prazo prescricional do prazo de- al criado pelo Código Civil	
	6.3.	Súmul		ciados sobre prescrição e decadência	
7.	Do	Direito	das Ob	rigações	
	7.1.	Diferer	nças entre	e Direito das Obrigações e Direitos Reais	
			cões bíbr		

	7.3.	Distinç	oes termir	nologicas
	7.4.	Concei	to de obrig	zação
	7.5.	Fontes	das obriga	ações
	7.6.	Elemer	itos da obi	rigação
	7.7.	Modali	dades das	obrigações
		7.7.1.	Obrigaçã	o de dar
		7.7.2.	Obrigaçã	o de fazer (arts. 247 a 249 do CC)
		7.7.3.	Obrigaçã	o de não fazer (arts. 250 e 251 do CC)
		7.7.4.	Obrigaçã	o cumulativa ou conjuntiva
		7.7.5.	Obrigaçã	o alternativa ou disjuntiva (arts. 252 a 256 do CC)
		7.7.6.	Obrigaçã	o divisível (arts. 257 a 263 do CC)
		7.7.7.	Obrigaçã	o indivisível (arts. 257 a 263 do CC)
		7.7.8.	Obrigaçã	o solidária (regras gerais nos arts. 264 a 266 do CC)
	7.8.	Transm	issão das	obrigações
		7.8.1.	Cessão d	e crédito (arts. 286 a 298 do CC)
		7.8.2.	Assunção	o de dívida ou cessão do débito (arts. 299 a 303 do CC)
		7.8.3.	Cessão d	a posição contratual
	7.9.	Teoria d		ento
		7.9.1.	Do pagai	mento direto (arts. 304 a 333 do CC)
			7.9.1.1.	De quem deve pagar (arts. 304 a 307 do CC)
			7.9.1.2.	Daqueles a quem se deve pagar (arts. 308 a 312 do CC)
			7.9.1.3.	Do objeto e da prova do pagamento (arts. 313 a 326 do CC)
			7.9.1.4.	Do local do pagamento (arts. 327 a 330 do CC)
			7.9.1.5.	Do tempo do pagamento (arts. 331 a 333 do CC)
		7.9.2.	Do pagai	mento indireto
			7.9.2.1.	Formas indiretas de pagamento
	7.10	. Do Ina	dimpleme	nto das obrigações
			-	emento involuntário
		7.10.2.	Inadimpl	emento voluntário
				Espécies de inadimplemento voluntário
			-	mento substancial
			-	l (arts. 408 a 416 do CC)
				17 a 420 do CC)
	7.13	. Súmula	s e enunc	iados sobre obrigações
3.	Teo	ria Gera	al dos Co	ontratos
	8.1.	Introdu	ıção	
	8.2.	A crise	dos contra	atos
	8.3.	Concei	to de cont	rato
	8.4.	Classifi	cação dos	contratos
	8.5.	Princíp	ios contra	tuais

		8.5.1.	Princípio da autonomia privada	247
		8.5.2.	Princípio da função social do contrato	250
		8.5.3.	Princípio da boa-fé objetiva	253
		8.5.4.	Princípio da força obrigatória do contrato	256
		8.5.5.	Princípio da relatividade dos efeitos do contrato	256
	8.6.	Formaç	ção do contrato	258
	8.7.	Garant	ias contratuais	262
		8.7.1.	Dos vícios contratuais	262
		8.7.2.	Da evicção	263
	8.8.	Revisão	judicial dos contratos	266
	8.9.	Extinçã	o dos contratos	268
	8.10	. Súmula	as e enunciados sobre Teoria Geral dos Contratos	271
9.	Dos	Contra	atos em Espécie	279
	9.1.	Compr	a e venda (arts. 481 a 532 do CC)	279
		9.1.1.	Conceito	279
		9.1.2.	Elementos essenciais	280
		9.1.3.	Natureza jurídica do contrato de compra e venda	282
		9.1.4.	Efeitos do contrato de compra e venda	282
		9.1.5.	Restrições à compra e venda	284
		9.1.6.	Vendas especiais	289
		9.1.7.	Pactos adjetos (unidos) ou cláusulas especiais à compra e venda	290
	9.2.	Troca o	ou permuta (art. 533 do CC)	293
	9.3.	Contra	to estimatório (arts. 534 a 537 do CC)	295
	9.4.	Doação	o (arts. 538 a 564 do CC)	296
		9.4.1.	Introdução	296
		9.4.2.	Espécies de doação	297
		9.4.3.	Aceitação da doação	301
		9.4.4.	Revogação da doação por ingratidão	301
		9.4.5.	Promessa de doação	302
	9.5.	Locaçã	o de coisas no Código Civil (arts. 565 a 578 do CC)	304
		9.5.1.	Conceito	304
		9.5.2.	Partes do contrato	304
		9.5.3.	Elementos do contrato	305
		9.5.4.	Aluguel	305
		9.5.5.	Tempo da locação	305
		9.5.6.	Natureza jurídica do contrato de locação	305
		9.5.7.	Interpretação e promessa de locação	306
		9.5.8.	Obrigações do locador	306
		9.5.9.	Obrigações do locatário	306
		9.5.10.	Características da locação de coisas	307

	9.5.11.	. Hipóteses de extinção da locação de cois	as 3	307						
9.6.	Da loca	ação disciplinada pela Lei n. 8.245/91		308						
	9.6.1.	Objetivo da lei – regras gerais		308						
	9.6.2.	Solidariedade legal		308						
	9.6.3.	A outorga conjugal no contrato de locaçã		309						
	9.6.4.	Retomada do imóvel pelo locador		309						
		9.6.4.1. Prorrogação do contrato por pr	azo indeterminado	310						
		-	al (arts. 46 e 47 da Lei n.	310						
			ncial (arts. 51 a 57 da Lei n.	311						
	9.6.5.	Locação por temporada (arts. 48 a 50 da	Lei n. 8.245/91)	312						
	9.6.6.	Devolução do imóvel pelo locatário		312						
	9.6.7.	Casos de transferência do contrato e sub	locações	312						
	9.6.8.	Direitos do locador		313						
	9.6.9.	Deveres do locador (art. 22 da Lei n. 8.24	5/91)	314						
	9.6.10.	Direitos do locatário		314						
	9.6.11.	. Deveres do locatário (art. 23 da Lei n. 8.2	45/91)	315						
	9.6.12.	12. Características do aluguel								
	9.6.13.	3. Das benfeitorias no imóvel								
	9.6.14.	5.14. Direito de preferência (arts. 27 a 34 da Lei n. 8.245/91)								
	9.6.15.	. Da denúncia em razão da alienação do imóvel								
	9.6.16.	. Garantias locatícias		319						
		9.6.16.1. Particularidades das garantias		320						
	9.6.17.	. Da locação built-to-suit		320						
	9.6.18.	 Tabela comparativa com a redação antig nova redação promovida pela Lei n. 12.1 		321						
9.7.	Emprés	stimos		322						
	9.7.1.	Do comodato (arts. 579 a 585 do CC)		322						
		9.7.1.1. Obrigações do comodatário		323						
	9.7.2.	Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC)		324						
9.8.	Prestaç	ção de serviço (arts. 593 a 609 do CC)		326						
	9.8.1.	Características da prestação de serviço		32 <i>6</i>						
	9.8.2.	Extinção da prestação de serviço		32 <i>6</i>						
9.9.	Emprei	eitada (arts. 610 a 626 do CC)		327						
	9.9.1.	Modalidades de empreitada		328						
	9.9.2.	Direitos e deveres do empreiteiro		329						
	9.9.3.	Direitos e deveres do comitente		330						
	9.9.4.	Características da empreitada		330						
9.10.	Depósi	ito (arts. 627 a 652 do CC)		331						
	9.10.1.	. Modalidades de depósito		332						

	9.10.2.	Características do depósito	332
	9.10.3.	Direitos e obrigações do depositário	333
	9.10.4.	Extinção do depósito	334
	9.11. Manda	to (arts. 653 a 692 do CC)	334
	9.11.1.	Características do mandato	334
	9.11.2.	Espécies de mandato	336
	9.11.3.	Extinção do mandato	337
	9.11.4.	Normas sobre a extinção do mandato	338
	9.12. Comiss	são (arts. 693 a 709 do CC)	339
	9.13. Agênci	a e distribuição (arts. 710 a 721 do CC)	341
	9.14. Correta	agem ou mediação (arts. 722 a 729 do CC)	344
	9.15. Transpo	orte (arts. 730 a 756 do CC)	345
	9.15.1.	Regras gerais de transporte	345
	9.15.2.	Do transporte de pessoas	346
	9.15.3.	Do transporte de coisas	347
	9.16. Seguro	(arts. 757 a 802 do CC)	348
	9.16.1.	Regras gerais do seguro	348
	9.16.2.	Do seguro de dano	351
	9.16.3.	Do seguro de pessoa	352
	9.17. Constit	ruição de renda (arts. 803 a 813 do CC)	354
	-	aposta (arts. 814 a 817 do CC)	357
	_	ou caução fidejussória (arts. 818 a 839 do CC)	360
	9.19.1.	Características da fiança	360
	9.20. Transaç	ão (arts. 840 a 850 do CC)	362
	9.20.1.	Características da transação	363
	9.21. Compr	omisso (arts. 851 a 853 do CC)	365
	9.21.1.	Estudo do compromisso	365
	9.21.2.	Estudo da arbitragem	366
	9.22. Súmula	as e enunciados sobre contratos em espécie	369
10.	Da Respon	sabilidade Civil Extracontratual	381
	10.1. Noção	histórica	381
	10.2. O Dire	ito Civil Constitucional e a responsabilidade civil	381
		to de responsabilidade civil	386
	10.4. Elemer	ntos da responsabilidade civil extracontratual	389
	10.4.1.	Ação ou omissão do agente	390
		Dolo ou culpa	394
		Dano	398
		10.4.3.1 Introdução sobre os danos	398
		10.4.3.2 Os tipos de danos	399
	10.4.4.	Nexo causal	413

			10.4.4.1.	Teorias sobre a relação de causalidade	4
			10.4.4.2.	Rompimento do nexo causal: das excludentes de responsabilidade civil	4
			10.4.4.3.	A teoria da perda da chance	4
				10.4.4.3.1 A teoria da perda da chance na seara médica	4
	10.5.	Da class	sificação o	da responsabilidade civil extracontratual	4
		10.5.1.	Da respo	onsabilidade civil objetiva	4
			10.5.1.1.	Das principais hipóteses de responsabilidade civil objetiva.	4
			10.5.1.2.	O direito de regresso na responsabilidade civil por fato ou ato de terceiros	4
			10.5.1.3.	A solidariedade entre autor do dano e terceiro, e o caso do incapaz	
		10.5.2.	A fixação	o do valor da indenização	
	10.6.	A respo	nsabilida	de civil nas relações trabalhistas	
	10.7.	A respo	nsabilida	de civil pela quebra dos esponsais	
	10.8.	Súmula	s e enunc	ciados sobre responsabilidade civil extracontratual	
11.	Do I	Direito	das Cois	as: o Estudo da Posse	4
	11.1.	Distinc	ões termii	nológicas	
				posse	
			_	se	
		-	_	le aquisição pela tradição	
				o pelo constituto possessório	
			-	le aquisição pela acessão	
	11.4.	Efeitos	da posse.		
	11.5.	Conceit	tos impor	tantes	
12.	Dos	Direito	s Reais.		
	12.1.	Direitos	Reais		
		12.1.1.	Classifica	ação	
		12.1.2.	Caracter	ísticas fundamentais dos direitos reais	
		12.1.3.	Outras c	aracterísticas dos direitos reais	
	12.2.	Da proj	oriedade		
		12.2.1.	Extensão	vertical da propriedade	
		12.2.2.	Faculdad	les inerentes à propriedade	
		12.2.3.	Espécies	de propriedade	
		12.2.4.	Caracter	ísticas do direito de propriedade	
		12.2.5.	Conteúd	o constitucional da propriedade	
		12.2.6.	Função s	social da propriedade	
			12.2.6.1.	Espécies de função social da propriedade	
		12.2.7.		templo de aplicação da função social da propriedade: a desa-	

12.2.0.	Modos de aquisição da propriedade
12.2.9.	Formas de aquisição da propriedade
12.2.10	. Formas de aquisição da propriedade imóvel
	12.2.10.1. Registro (arts. 1.245 a 1.247 do CC)
	12.2.10.2. Usucapião
	12.2.10.2.1. Características importantes da usucapião
	12.2.10.3. Acessão
12.2.11	Formas de aquisição da propriedade móvel
	12.2.11.1. Formas originárias
	12.2.11.2. Formas derivadas
12.2.12	. Modos de perda da propriedade (imóvel e móvel)
	Propriedade resolúvel
	12.2.13.1. Hipóteses de propriedade resolúvel
12.2.14	Dos direitos de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC)
	12.2.14.1. Características dos direitos de vizinhança
	12.2.14.2. Do uso anormal da propriedade (art. 1.277 do CC)
	12.2.14.3. Das árvores limítrofes (art. 1.282 do CC)
	12.2.14.4. Da passagem forçada
	12.2.14.5. Da passagem de cabos e tubulações
	12.2.14.6. Das águas
	12.2.14.7. Do limite entre prédios e direito de tapagem
	12.2.14.8. Do direito de construir
12.2.15	. Do condomínio
	12.2.15.1. Do condomínio ordinário
	12.2.15.2. Do condomínio edilício
	12.2.15.2.1. Elementos constitutivos do condomínio edi-
	lício
12.2.16	6.Prazo prescricional para a cobrança de cotas condominiais em
	atraso
12.2.17	'. Questões polêmicas sobre condomínio edilício
12.2.18	Condomínio de lotes
12.3. Dos dir	reitos reais sobre coisas alheias
12.3.1.	Dos direitos reais sobre coisas alheias de gozo ou fruição
	12.3.1.1. Direito real de superfície (arts. 1.369 a 1.377 do CC)
	12.3.1.2. Servidão (arts. 1.378 a 1.389 do CC)
	12.3.1.3. Usufruto (arts. 1.390 a 1.411 do CC)
	12.3.1.4. Uso (arts. 1.412 e 1.413 do CC)
	12.3.1.5. Habitação (arts. 1.414 a 1.416 do CC)
12.3.2.	Do direito real à aquisição de coisa alheia
	1.418 do CC)
12.3.1.	Dos direitos reais sobre coisas alheias de gozo ou fruição

			12.3.2.2.	Características do direito do promitente comprador do imóvel, de acordo com o Código Civil
			12.3.2.3.	Características do direito do compromissário comprador do imóvel, de acordo com a Lei de Parcelamento do Solo Urbano
		12.3.3.	Dos direi	tos reais de garantia
				Do penhor (arts. 1.431 a 1.472 do CC)
				Da hipoteca (arts. 1.473 a 1.505 do CC)
				Da anticrese (arts. 1.506 a 1.510 do CC)
			12.3.3.4.	Da laje
			12.3.3.5.	Da alienação fiduciária em garantia
	12.4.	Súmula		es ao direito do promitente comprador do imóvel
	12.5.	Súmula	is e enunc	iados sobre Direito das Coisas
13.	Do [Direito	das Fam	ílias
	13.1.	Aspecto	os constitu	icionais do Direito de Família
	13.2.	Princip	ais mudai	nças no Direito de Família, comparando o Código Civil de
	13 3			eito de Família
				constituição de família
				Constituição de familia
	10.0.			
				jurídica
				s do casamento
			_	de para o casamento
			-	casamento
				Habilitação para o casamento (arts. 1.525 a 1.532 do CC)
				Celebração do casamento (arts. 1.533 a 1.542 do CC)
				13.5.5.2.1. Hipóteses excepcionais de celebração do casamento
			13.5.5.3.	Registro do casamento (arts. 1.543 a 1.547 do CC)
		13.5.6.		o casamento
		13.5.7.	Invalidad	e do casamento
			13.5.7.1.	Casamento nulo
				Casamento anulável
			13.5.7.3.	Casamento putativo
		13.5.8.		rídicos do casamento (arts. 1.565 a 1.570 do CC)
				le bens
				Disposições gerais
				Da outorga conjugal (marital e uxória)
				Modificação do regime de bens
			13.5.9.4.	Da escolha do regime de bens e do pacto antenupcial (arts. 1653 a 1657 do <i>CC</i>)

		13.5.9.5. Das diversas espécies de regime de bens
	13.5.10). Causas suspensivas do casamento
	13.5.11	. Das formas de dissolução da sociedade conjugal
		13.5.11.1. Da extinção pela morte
		13.5.11.2. Da invalidade do casamento (nulidade e anulabilidade)
		13.5.11.3. Da separação do casal
		13.5.11.4. Do divórcio
		13.5.11.5. Breves considerações sobre a separação e o divórcio extrajudicial
13.6.	Da uni	ão estável
	13.6.1.	Da evolução no tempo da união estável
	13.6.2.	Do conceito de união estável
	13.6.3.	Do contrato de namoro em virtude da dificuldade de diferenciação com a união estável
	13.6.4.	Da aplicação da regra do regime de separação obrigatória na união estável
	13.6.5.	Da união estável envolvendo menores de idade
	13.6.6.	A união estável da pessoa com deficiência após o advento da Lei n. 13.146/2015
	13.6.7.	Do reconhecimento e da dissolução da união estável
	13.6.8.	Da necessidade ou não de outorga convivencial na união estável
	13.6.9.	Da possibilidade de se dar publicidade da união estável por meio de registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais que faz surgir um estado civil aos conviventes
	13.6.10	Direitos decorrentes da união estável
	13.6.11	. Direitos decorrentes do concubinato
	13.6.12	. Deveres na união estável
	13.6.13	S. Conversão da união estável em casamento
	13.6.14	. Uniões estáveis concomitantes, sucessivas ou uniões plúrimas
13.7.	Das un	iões estáveis homoafetivas
		Do casamento homoafetivo com e sem prévia união estável
		Do contrato de convivência homoafetiva
13.8.	Dos ali	mentos (arts. 1.694 a 1.710 do CC)
	13.8.1.	A fixação dos alimentos
		Das espécies de alimentos
	13.8.3.	A legitimidade ativa dos alimentos
	13.8.4.	A renúncia aos alimentos
	13.8.5.	Divisibilidade da obrigação alimentar
		Prescritibilidade × imprescritibilidade da obrigação alimentar
		Da transmissibilidade da obrigação de alimentar
		Dos alimentos pós-divórcio
	13.8.9.	Termo inicial dos alimentos

	13.8.10. Termo final dos alimentos	703
	13.8.11. Débito que autoriza a prisão do alimentante	704
	13.8.12. Obrigação alimentar do Estado	707
	13.8.13. Transação dos alimentos	707
	13.8.14. Características dos alimentos	708
	13.8.15. Alimentos gravídicos	709
	13.8.16. A culpa na separação e os alimentos	710
	13.9. Proteção da pessoa dos filhos (arts. 1.583 a 1.590 do CC)	710
	13.9.1. Espécies de guarda	710
	13.9.2. Características da guarda	712
	13.9.3. O direito de visita dos avós	713
	13.10. Das relações de parentesco (arts. 1.591 a 1.595 do CC)	713
	13.11. Da filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC)	717
	13.12. Do reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC)	718
	13.13. Da adoção (arts. 1.618 a 1.629 do CC)	719
	13.14. Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC)	720
	13.15. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores (arts. 1.689 a 1.693 do CC)	722
	13.16. Da tutela (arts. 1.728 a 1.766 do CC)	723
	13.17. Da curatela (arts. 1.767 a 1.783 do CC) e da tomada de decisão apoiada (art. 1.783-A do CC)	728
	13.18. Do bem de família (arts. 1.711 a 1.722 do CC)	737
	13.19. Algumas questões interessantes na jurisprudência do STJ, sobre bem de fa- mília	741
	13.20. Súmulas e enunciados sobre Direito de Família	742
14.	Do Direito das Sucessões	753
	14.1. Sucessão em geral	753
		753
	14.1.2. Terminologia da sucessão	754
	14.1.3. Relações excluídas da sucessão	757
	14.1.4. Momento da abertura da sucessão	757
	14.1.5. Comoriência	761
	14.1.6. Indivisibilidade da herança	761
		762
	14.1.8. Aceitação ou aditio	765
	14.1.9. Renúncia da herança	766
		768
		768
	14.1.10. Da ação de petição de herança (arts. 1.824 a 1.828 do CC)	769
	14.1.11. Legitimação sucessória	770
		772

14.2. Ducesse	io iegiuma
14.2.1.	Hipóteses de cabimento da sucessão legítima
14.2.2.	Das pessoas contempladas na lei como herdeiros legítimos
14.2.3.	Das regras da sucessão legítima
14.2.4.	Da sucessão do descendente
14.2.5.	Da sucessão do ascendente
14.2.6.	Da sucessão do cônjuge e do companheiro
	14.2.6.1. Aspectos gerais
	14.2.6.2. Do direito real de habitação decorrente da sucessão
	14.2.6.3. Concorrência do cônjuge ou companheiro com o descendente
	14.2.6.4. Concorrência do cônjuge e do companheiro com o ascendente
14.2.7.	Do histórico da modificação na sucessão do companheiro e das consequências principais da mudança
14.2.8.	Da sucessão do colateral
14.2.9.	A sucessão para o poder público
14.3. Sucessâ	io testamentária
14.3.1.	Introdução
14.3.2.	Normas regulamentadoras da sucessão testamentária
14.3.3.	Incapacidade testamentária
14.3.4.	Do conteúdo do testamento
14.3.5.	Revogação do testamento
14.3.6.	Do rompimento do testamento
14.3.7.	Formas de testamento
	14.3.7.1. Formas ordinárias de testamento
	14.3.7.2. Formas especiais de testamento
14.3.8.	Dos codicilos
14.3.9.	Das disposições testamentárias
14.3.10	Das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade
14.3.11	. Da invalidade do testamento
14.3.12	.Da diferença entre indignidade e deserdação
14.3.13	. Das substituições testamentárias
14.3.14	. Do testamenteiro
	is e enunciados sobre sucessões